



Diagnóstico da aplicação da Lei 11.645/2008 nas redes de ensino de Santo Antônio de Pádua

Aline dos Santos Portilho, Guilherme Antônio Cretton Alves

Esta pesquisa integra o Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas do IFFluminense *campus* Santo Antônio de Pádua, que busca colaborar com a aplicação da Lei 11.645/2008, que estabelece a abordagem da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena na educação básica. A pesquisa tem como objetivo central identificar a abrangência da aplicação daquela lei nas redes públicas e privada de ensino do município de Santo Antônio de Pádua. Decorrente deste objetivo, investiu-se em averiguar quais profissionais e escolas incluem em seu repertório didático elementos da história e cultura afro-brasileira e indígena e se havia dificuldades em abordar estes conteúdos no ambiente escolar, bem como verificar em que momento da formação acadêmica estes profissionais da educação tiveram contato com a temática. Para alcançar estes objetivos, foi elaborado questionário com perguntas fechadas. O questionário foi aplicado a professores e professoras do segundo segmento do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e do ensino médio. Objetivou-se alcançar os chamados “professores especialistas”, ou seja, aqueles cujo requisito para o cargo é a formação em licenciatura na mesma área da disciplina em que leciona. Para realização da entrevista, foram selecionados professores das disciplinas de História, Literatura e Artes. Este recorte foi feito para acompanhar o que sugere a Lei 11.645/2008, que afirma serem essas as disciplinas privilegiadas para a abordagem deste conteúdo, ainda que não sejam exclusivas. Segundo dados do IBGE, em Santo Antônio de Pádua, há 37 escolas, sendo 26 municipais, que têm turmas de 6º a 9º ano do ensino fundamental, 4 escolas estaduais, um instituto federal, com turmas do ensino médio e 6 escolas privadas, que têm tanto turmas de ensino fundamental quanto de ensino médio. A pesquisa está em andamento. Neste sentido, indentificamos, preliminarmente, que os professores que abordam a história e cultura afro-brasileira e indígena não tiveram contato com esta temática durante a formação em licenciatura. Estes profissionais buscaram qualificação em cursos de especialização movidos pelo desejo individual de conhecer e trabalhar a temática. O currículo mínimo também tem sido citado ora como motivador, ora como limitador da abordagens destes conteúdos pelos professores. Prosseguimos realizando entrevistas para alcançarmos um diagnóstico mais preciso da eficácia da Lei 11.645/2008 no cotidiano escolar de Santo Antônio de Pádua.

Palavras-chave: História e Cultura Afrobrasileira e Indígena, Lei 11.645/2008, Educação

Instituição de fomento: IFFluminense